



Psicologia Escolar e Educacional

ISSN: 1413-8557

ISSN: 2175-3539

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
(ABRAPEE)

Silva, Silvia Maria Cintra da; Souza, Marilene Proença Rebello de
Entrevista com Marilene Proença Rebello de Souza
Psicologia Escolar e Educacional, vol. 22, núm. 1, 2018, Janeiro-Abril, pp. 207-210
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)

DOI: 10.1590/2175-3539201801000

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282364762022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

História

History

Historia

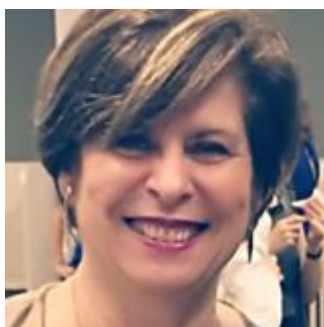
Entrevista com Marilene Proença Rebello de Souza

Silvia Maria Cintra da Silva¹, <https://orcid.org/0000-0003-0834-5671>

Marilene Proença Rebello de Souza², <https://orcid.org/0000-0002-8297-5674>

Interview with Marilene Proença Rebello de Souza

Entrevista con Marilene Proença Rebello de Souza



Professora Titular da Universidade de São Paulo (2015). Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1978). Mestrado, Doutorado e Livre-Docência em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1991, 1996 e 2010, respectivamente). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1997-atual) e Coordenadora do Programa de 2006 a 2014. Foi Presidente da Comissão de Pós-Graduação do IPUSP (2011-2014). Professora do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da USP/ PROLAM-USP. Coordena o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar - LIEPPE e é líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Psicologia e Escolarização: políticas públicas e atividade profissional na perspectiva histórico-crítica. Professora do Curso de Graduação em Psicologia da USP. Editora Chefe da Revista Psicologia Ciência e Profissão (2002-2004 e 2011-2013, Avaliação Qualis Periódicos A2). Editora da Revista Psicologia Escolar e Educacional (2016-atual) Presidente atual Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE (gestão 2016-2018). Conselheira do Conselho Federal de Psicologia (2002 a 2004 e de 2011 a 2013) e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2005-2007 e 2008 a 2010). Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP (2014-2016). Diretora do Instituto de Psicologia da USP (2016-2020). Membro do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Realizou Estágio Pós-Doutoral na York University, Canadá (2001-2002) e participou como Professora Visitante em 2007 (bolsa do Consulado Canadense). É Bolsista Produtividade do CNPq, nível 1C.

1 Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia – Uberlândia, MG, Brasil

2 Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia – São Paulo, SP, Brasil

ENTREVISTADORA: Silvia Maria Cintra da Silva

Silvia: Você já havia assumido a Presidência da ABRAPEE na gestão 2006-2008. Como é assumir pela segunda vez esta função?

Marilene: Iniciei na Diretoria da ABRAPEE, a convite do Prof. Fernando Lomônaco, para participar da Chapa para as eleições de 2002, na condição de primeira secretária. Foi uma experiência muito interessante, pois não havia, até aquele momento, estado diretamente em uma Associação de uma determinada área. A ABRAPEE, enquanto entidade representativa dos psicólogos escolares brasileiros foi, cada vez mais, ampliando seu espaço e articulando-se com entidades da Psicologia Brasileira. A constituição do Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira - FENPB - foi fundamental para esta articulação. Quando assumi a presidência, em 2006, estávamos em um momento muito importante para o avanço da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, lutando pela inserção de psicólogos na Educação Básica, mas para isso precisávamos ter claro que papel iríamos desempenhar, que Psicologia Escolar e Educacional estaríamos defendendo no campo da Educação Básica. Hoje, ao assumir a Presidência da ABRAPEE, dez anos depois, percebo que temos uma área consolidada, reconhecida nacionalmente, com publicações, ações políticas, formativas de grande relevância para a prática profissional e para a construção do conhecimento na área, como pudemos verificar em pesquisa recente (Souza, Silva, & Yamamoto, 2014). A ampliação dos programas de pós-graduação impulsionaram fortemente estudos e pesquisas sobre a atuação e as temáticas educacionais brasileiras. As Diretrizes Curriculares Nacionais permitiram a formação do psicólogo generalista, atribuindo a complementaridade dessa formação em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Creio que temos um aprofundamento das discussões na área e das ações nacionais no campo da Educação que permitem que esta gestão possa dar continuidade às conquistas realizadas e enfrentar novos desafios desses tempos em que estamos. Mas quando analisamos os índices da educação no Brasil, vemos que precisamos ainda avançar muito para alcançarmos uma educação de qualidade social, democrática, que respeite a diversidade, que seja de fato um direito social para todos e todas. Como ABRAPEE, precisamos trabalhar muito para isso....

Silvia: Como você vê o cenário da Psicologia Escolar e Educacional naquela época e hoje?

Marilene: Creio que, em 2006, o cenário da área apresentava de forma consolidada a crítica a uma Psicologia “do escolar” para entendermos a Psicologia Escolar e Educacional enquanto um campo de estudos e de atuação de psicólogos que entende o fenômeno educativo produzido no interior do processo de escolarização. A escolarização, por sua vez, é fruto de uma complexa articulação de dimensões que a constituem no âmbito pedagógico, social, cultural, re-

lacional, institucional e político. Portanto, na perspectiva da crítica, para compreender os encaminhamentos escolares, as dificuldades vividas no contexto escolar é necessário analisar essas dimensões, por meio de referenciais teórico-metodológicos que abarquem esta complexidade e que caminhem na direção de propostas de enfrentamento que levem em conta a construção de uma escola democrática, para todas e todos. A Psicologia Escolar e Educacional nesta década, a meu ver, consolida esta posição em uma perspectiva crítica de compreensão da queixa escolar, por meio de um modelo de trabalho institucional, com propostas de intervenção participativas, colaborativas, em rede, que caminham na direção de políticas intersetoriais (Souza, 2016). Vemos isto pelo número expressivo de pesquisas e pela produção acadêmica e científica da área que visam relatar experiências desta prática na educação: produzimos centenas de dissertações, teses, artigos, capítulos de livros que revelam tais dimensões. Essa presença de psicólogos no campo da Educação Básica tem sido requerida socialmente cada vez mais nos municípios brasileiros. Mas era necessário construir referências nacionais para a área que fossem legitimadas pelas psicólogas e psicólogos. E este trabalho foi realizado por meio do Seminário Nacional do Ano Temático de Educação do Sistema Conselhos de Psicologia intitulado *Psicologia e Educação: Construção de uma Escola para Todos*, em 2008-2009, pela participação na Conferência Nacional de Educação de 2010 e pela constituição do documento Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, pelo Centro de Referência em Políticas Públicas – CREPOP, do Sistema Conselhos de Psicologia, em 2013. Juntamente com este conjunto de ações, trabalhamos pelo Projeto de Lei nacional que dispõe sobre psicólogos e assistentes sociais na Educação Básica. O texto do projeto defende esta perspectiva multidisciplinar, intersetorial e institucional. Portanto, esta década foi muito importante do ponto de vista político-acadêmico ou acadêmico-político, ampliando e aprofundando referenciais teórico-metodológicos que são a base para uma atuação no âmbito da Educação Básica, bem como constituindo espaços cada vez mais amplos para uma articulação nacional de psicólogos da área da Educação.

Silvia: Em relação às ações desenvolvidas pela ABRAPEE, qual a sua leitura a respeito do impacto da Associação desde a sua criação até os dias atuais?

Marilene: A ABRAPEE se apresenta em sua missão e em seu Estatuto como uma instituição sem fins lucrativos, que tem um papel de difusão e incentivo ao conhecimento da área, bem como uma finalidade política de articulação com as demais entidades, instituições e movimentos sociais para a ampliação da atuação profissional no campo das políticas públicas e sociais, na participação ativa nas lutas pela Educação Básica e Superior e pelo avanço da ciência no país. Temos cumprido muito bem ambas as missões: a acadêmica e a política. Por meio dos Congressos Nacionais, a Psicologia Escolar e Educacional vai delineando o seu tra-

balho e construindo um espaço acadêmico-profissional reconhecido no campo da pesquisa, ancorado pelos Programas de Pós-Graduação em Psicologia que passaram a investir nas pesquisas no campo da Educação. Portanto, o impacto é muito grande: estamos realizando este ano a 13ª Edição do Congresso Nacional da ABRAPEE – XIII CONPE, temos ampliado a articulação nacionalmente, com participantes de todos os estados brasileiros. Além disso, a internacionalização se ampliou nas duas últimas décadas, possibilitando importantes articulações com países da América Latina e demais continentes. Temos trabalhado, como ABRAPEE, para nos fazer presentes no cenário latino-americano, na condição de associados à ULAPSI, União Latino-Americana de Psicologia e no cenário internacional, por meio da filiação à ISPA, *International School Psychology Association*. Realizamos, em 2015, encontro conjunto com a ISPA, em São Paulo, com aproximadamente 350 psicólogos estrangeiros de todos os continentes. Algo inédito na Psicologia Escolar Brasileira. Os congressos da ABRAPEE congregam em torno de mil profissionais, a cada edição, produzindo Anais e Livro de Trabalhos completos, compilando a produção apresentada a cada encontro e que expressa o trabalho de psicólogos escolares e educacionais de todo o país. Temos trabalhado pela capilarização da ABRAPEE por meio de Representações em estados Brasileiros que realizam seus encontros regionais com participação em torno de 500 psicólogos a cada edição. Somos a entidade que participou da fundação do FENPB – Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira, do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade com participação ativa nesses dois fóruns nacionais e em Fóruns Municipais de Educação para o acompanhamento dos planos municipais de educação. Desde a realização dos Congressos de Psicologia Ciência e Profissão, do FENPB, fazemos parte da Comissão Executiva ou Científica. Participamos ativamente nos movimentos pela Educação, nas lutas políticas pela inserção da Psicologia no Ensino Médio, na Conferência Nacional de Educação em 2010 – CONAE - 2010, na discussão para a constituição da Base Nacional Comum Curricular, pela elaboração de projeto de lei para inserção psicólogos e assistentes sociais na Educação Básica. Quando digo “participamos” é porque construímos documentos a respeito de cada um desses temas. A ABRAPEE tem produzido como entidade ou conjuntamente com demais entidades esses documentos.

Divulgamos o conhecimento científico da área por meio da Revista Psicologia Escolar e Educacional, única revista brasileira totalmente dedicada às temáticas da psicologia escolar e educacional. Temos uma importante inserção na mídia por meio de entrevistas e depoimentos e nas faculdades de Psicologia, participando de entrevistas para disciplinas introdutórias de Psicologia Escolar e para estudantes que realizam estágios supervisionados na área. Participamos recentemente do grupo que coordenou pesquisa em nível nacional, juntamente com FENAPSI – Federação Nacional de Sindicatos de Psicólogos, ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e CFP – Conselho Federal de Psicologia de pesquisa nacional sobre “Violência

e Preconceitos na Escola”. Essa pesquisa levantou dados em todos os estados do Brasil sobre o tema e está para ser divulgada em 2018. A mais recente filiação da ABRAPEE é com a Sociedade para o Progresso da Ciência – SBPC, participando em importantes lutas conjuntas pelo financiamento da pesquisa no país, pela Ética na Pesquisa com Seres Humanos, pelo Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Educação e pelo Plano Nacional de Educação. Enfim, a ABRAPEE tem feito a diferença no campo da Psicologia Escolar e Educacional.

Silvia: Quais desafios estão postos para o nosso campo considerando as principais questões que ainda precisam ser enfrentadas pela Psicologia Escolar e Educacional?

Marilene: Os desafios são muitos ainda. O primeiro deles é a melhoria da qualidade social da escola oferecida a todos e todas. Os índices de analfabetismo funcional, a não universalização do acesso à educação básica e a não erradicação do analfabetismo nos desafiam sobremaneira. Não atingimos os índices mínimos que são necessários para a democratização da sociedade e para o seu desenvolvimento com justiça social e direitos humanos. Trabalhar por políticas públicas, por mudanças políticas e sociais que permitam atingir os níveis de qualidade educacional são fundamentais nesse momento da história brasileira. A sociedade brasileira é marcada por uma enorme desigualdade social e econômica. Como psicólogos, conhecemos de perto o que significa isso para a maioria da população brasileira, alijada dos direitos mínimos sociais e humanos. É este sofrimento que chega até nós nas suas várias faces, que revelam tais violências sociais, humanas e econômicas. O segundo desafio é o de fazer conhecer os documentos e as produções desenvolvidas nesses últimos anos para as psicólogas e psicólogos escolares, com destaque para as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (CFP, 2013). Apresentado em 2013, este documento precisa ainda ser muito trabalhado pelo Brasil para que seja conhecido pelos profissionais de Psicologia, pelos gestores públicos, pelos legisladores. Pela primeira vez na história da área, temos um documento produzido pela área, que apresenta uma proposta ético-política para a profissão no campo da Educação Básica. E um terceiro desafio é o de aprovar o projeto de Lei que prevê a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação, visando constituir equipes multiprofissionais de apoio e acompanhamento à aprendizagem, trabalhando em redes de apoio social, promovendo a qualidade de vida e do desenvolvimento humano. Construímos pela Psicologia Escolar e Educacional na relação com demais áreas de Psicologia, um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos que contribuem para qualidade social da escola, das políticas educacionais promotoras dos princípios e a ações previstos no Plano Nacional de Educação, para atuar juntamente com professores, gestores, famílias, comunidades.

Silvia: Como você vê a formação de psicólogos em um cenário pós-Diretrizes Curriculares em que muitos cursos no país não têm a ênfase em processos educativos?

Marilene: Silvia, acabamos de finalizar uma pesquisa sobre o tema, na qual você participou ativamente pelo estado de Minas, em que pudemos analisar a formação de psicólogos para atuar na Educação. Em que pesem as diferenças regionais e necessidades de cada curso, podemos dizer, grosso modo, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia trouxeram importante discussão para a formação profissional: os projetos político-pedagógicos dos cursos analisados, de maneira geral, refletem esta tendência. Os princípios apresentados, as diversas dimensões da profissão apontadas pelas diretrizes, a questão da inserção de atividades práticas desde o início da formação profissional e as ênfases, constituíram um importante referencial para as instituições formadoras brasileiras. As diretrizes possibilitam que a diversidade epistemológica, metodológica e instrumental da Psicologia possa se fazer presente na formação profissional tendo como base os princípios éticos da profissão e da pesquisa. O fato da dimensão educativa não comparecer como ênfase nos cursos de formação em Psicologia, revela, a meu ver, ainda, a forte presença da profissão no campo da saúde e seu reconhecimento hegemônico nesse campo. O que tem permitido a ampliação da dimensão formativa para outros campos como o da Educação, dos Direitos Humanos e do Serviço Social é a presença da política pública nesses campos. Portanto, ao consolidarmos cada vez mais as políticas sociais, estaremos constituindo um conjunto de necessidades fundamentais para a formação profissional. Ao mesmo tempo, as discussões a respeito da profissão no Brasil constituem argumentos importantes para mudanças na formação de psicólogos. O que me preocupa também é o fato de muitas IES não investirem na formação de psicólogos para a docência no Ensino Médio. Creio que esta dimensão é um aspecto importante para inserir os temas da Educação Básica. Esta foi uma revisão importante nas DCNs para os Cursos de Psicologia, feita em 2011. Mas esta inserção precisará vir acompanhada da luta pela Psicologia no Ensino Médio, na formação integral da juventude.

Marilene Proença Rebello de Souza (mprdsouz@usp.br)

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. Professora Titular da Universidade de São Paulo. Docente e Diretora do Instituto de Psicologia. Presidente da ABRAPEE (Gestão 2016-2018).
<https://orcid.org/0000-0002-8297-5674>

Silvia Maria Cintra da Silva (silvia@ufu.br)

Doutora em Educação pela Unicamp. Pós-doutorado em Psicologia Escolar pela USP. Docente da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Presidente Anterior da ABRAPEE (Gestão 2016-2018).
<https://orcid.org/0000-0003-0834-5671>

Silvia: O que gostaria de recomendar aos estudantes de Psicologia?

Marilene: Minha recomendação é que os estudantes se permitam conhecer a diversidade da Psicologia, seus diversos campos de atuação, participando de estágios, grupos de estudos, atividades de extensão, de pesquisa, seminários, dentre outras. Que conheçam a realidade brasileira, a pesquisa brasileira e internacional, as ações e propostas da Psicologia como ciência e profissão. Enfim, que aproveitem tudo o que a Psicologia proporciona nesta formação plural e diversificada para compreender o humano e a sociedade. Que realizem Semanas de Psicologia aproveitando este importante campo de reflexão para inserir questões que não se fazem presentes nos currículos, trazendo novas problemáticas, ou antigas questões ainda não enfrentadas. Este me parece um espaço privilegiado que os estudantes podem ocupar cada vez mais. E que apresentem propostas para a ABRAPEE, bem como nas entidades, nos Congressos de Psicologia, no FENPB, visando ampliar sua participação política.

Recebido em: 25/10/2017

Aprovado em: 12/03/2018

Referências

- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 58 p.
- souza, M.P.R.; Silva, S.M.C.; Yamamoto, K. (Org.). (2014). *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios*. Uberlândia: EDUFU, 320p.
- Souza, M.P.R. (2016). School Psychology from a Critical Historical Perspective: In Search of a Theoretical-Methodological Construction. In: Souza, M.P.R.; Toassa, G.; Bautheney, K.C.F. (Org.), *Psychology, Society and Education. Critical Perspectives in Brazil*. 1ed. New York: Nova Science Publishers, Inc., pp. 3-30.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the License (type CC-BY), which permits unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.